



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de abril de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

2. Apreciação e votação da Ata n.º 26, de 20 de Abril de 2016;

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 27/XIII 1ª, do PCP, «Pela resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão» e do Projeto de Resolução do BE, que «Recomenda ao Governo o reforço no acesso a cuidados de saúde em Vila Nova de Famalicão» (a discussão do PJR do BE, depende da sua baixa à comissão em tempo útil);

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 138/XIII 1ª, do PCP, «Pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo» e do Projeto de Resolução n.º 253/XIII/1ª, do BE, que «Recomenda ao Governo o reforço de Centro Hospitalar do Médio Tejo»;

5. Discussão e votação de dois textos de substituição referentes às alterações à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização das técnicas de procriação medicamente assistida;

6. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 211/XIII/1ª (PSD) - Pela manutenção da gestão dos Hospitais de Anadia, Serpa e Fafe pelas respetivas Misericórdias.

7. Outros assuntos.

10:45 - Audição do Presidente do Conselho Diretivo do INEM, a requerimento do CDS-PP, que pretende explicações sobre «o transporte de doentes entre hospitais, numa perspetiva de esclarecer o Parlamento e a sociedade sobre esta matéria».

2. Apreciação e votação da Ata n.º 26, de 20 de Abril de 2016

O Presidente colocou à votação a Ata n.º 26, de 20 de Abril de 2016, que foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 27/XIII 1ª, do PCP, «Pela resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão» e do Projeto de Resolução do BE, que «Recomenda ao Governo o reforço no acesso a cuidados de saúde em Vila Nova de Famalicão» (a discussão do PJR do BE, depende da sua baixa à comissão em tempo útil)

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR, que tem por objeto a *«resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus»* e a *«defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão»*, referindo que o Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA), que é o resultado da fusão destes dois hospitais e tem uma área de influência de três concelhos, vivencia um período de incerteza e instabilidade desde o anúncio da *«devolução»* da unidade de S. Tirso à Misericórdia. Apresenta, designadamente, uma situação crítica em matéria de recursos humanos e *«elevada obsolescência dos equipamentos»*, tem sido objeto de redução de camas e registou em 2014 uma quebra significativa nas consultas em várias especialidades e diminuição da atividade cirúrgica programada. O PCP defende que *«na prática, o processo de devolução dos hospitais para as misericórdias constituiu um processo de privatização encapotado»*, e que só a sua gestão pública cumpre os princípios constitucionais. Entende também que deve ser revogada a Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, que procedeu à *«desqualificação da esmagadora maioria dos hospitais»*, reduzindo serviços, valências, especialidades e profissionais de saúde. Em conclusão, o PCP recomenda que sejam reforçados os serviços e valências na área abrangida pelo CHMA, que este seja dotado dos meios financeiros e técnicos adequados e que sejam contratados os profissionais de saúde em falta. Para além disso, recomenda que sejam realizadas obras de remodelação no Hospital S. João de Deus e que se acabe com a precariedade dos profissionais que ali estão a exercer funções, restabelecendo o seu vínculo público, e ainda que sejam repostas as camas que foram suprimidas e que são necessárias à prestação de cuidados de saúde com qualidade.

O Deputado João Paulo Oliveira disse que é utente do Hospital de Vila Nova de Famalicão, que integra o Centro Hospitalar do Médio Ave, tendo feito o historial da prestação de cuidados de saúde naquela zona. Contestou os dados e os números apresentados pelo PCP, que em sua opinião não correspondem à verdade, designadamente quanto ao problema se ter agravado a partir de 2011, à diminuição do número de cirurgias, de consultas e de camas. No que se refere aos recursos profissionais, disse que o PCP, para não melindrar o PS, desvaloriza, por exemplo, o aumento do número de médicos, ocorrido na altura do Governo anterior. A terminar, salientou que ainda há muito a fazer, mais propriamente no reforço dos meios humanos, e que não se entende como se



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

compagina isso com o facto de o Orçamento do Estado para 2016 prever cortes de 90 milhões de euros para os hospitais.

A Deputada Maria Augusta Santos agradeceu a oportunidade de intervir nesta Comissão. Referiu ser utente do CHMA e residente em Famalicão, pelo que tem conhecimento da situação dos Hospitais de Vila Nova de Famalicão e de Santo Tirso. Considera que as condições do CHMA se têm degradado ao longo dos últimos anos, nomeadamente quanto ao equipamento existente, que não tem sido alvo de melhoria, bem como se tem agravado a falta de recursos humanos, quer de médicos, quer de assistentes operacionais. Reconheceu a carga imensa que os profissionais de saúde têm para dar a melhor resposta aos utentes e tem esperança no empenho do Governo na melhoria da prestação de cuidados de saúde no CHMA.

O Deputado Pedro Soares recordou que o Centro Hospitalar do Médio Ave, que já esteve para ser desarticulado, com a entrega do Hospital de Santo Tirso à misericórdia, serve uma população de 200 mil utentes. Salientou que naquela região pululam todos os dias ofertas de serviços de saúde no setor privado, à medida que os serviços públicos se degradam, o que seria interessante aprofundar, mas o que interessa é melhorar o acesso aos cuidados de saúde. Assim, tendo em conta a diminuição da oferta do número de camas e do número de cirurgias, assim como a escassez de recursos humanos e da degradação das instalações, o BE concorda com as recomendações previstas neste Projeto de Resolução.

A Deputada Isabel Galriça Neto considerou que a reorganização dos serviços hospitalares deve ter como pressuposto a melhoria dos serviços de saúde aos utentes. É evidente que existem problemas, mas lembrou que o anterior Governo também conseguiu melhorias nos rácios. Entende que se deve melhorar a prestação de cuidados de saúde na região, mas a dificuldade de contratação de médicos não ajuda. Concorda que nem tudo está bem no Médio Ave, interrogando-se sobre se será possível a sua melhoria com os cortes orçamentais para as instituições, mas cá estará para acompanhar.

A Deputada Carla Cruz concluiu registando que as opções políticas foram de sucessivos governos e que os dados referidos constam do relatório e contas daquele Centro Hospitalar de 2014.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 138/XIII 1ª, do PCP, «Pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo» e do Projeto de Resolução n.º 253/XIII/1ª, do BE, que «Recomenda ao Governo o reforço de Centro Hospitalar do Médio Tejo»

O Deputado António Filipe apresentou o PJR, no qual se refere que a *«chamada 'reorganização do Centro Hospitalar do Médio Tejo' levada a cabo em 2102 ... veio criar ainda maiores dificuldades de acesso aos cuidados de saúde por parte das populações abrangidas pela sua área de atuação»*, daí resultando prejuízo para os utentes e profissionais de saúde dos hospitais que foram integrados no Centro Hospitalar, situação que tem vindo a ser denunciada por comissões de utentes, pelos órgãos autárquicos e pelos trabalhadores de saúde. Alegou o Deputado que a concentração da urgência no Hospital de Abrantes, após o encerramento das urgências e serviços de medicina interna nos Hospitais de Torres Novas e Tomar, teve dramáticas consequências. Assim, o PCP entende que deve ser recomendado ao Governo que garanta a *«existência de serviços de urgência médico-cirúrgica, de medicina interna e de pediatria em todos os hospitais que integram o Centro Hospitalar do Médio Tejo (Torres Novas, Tomar e Abrantes)»*, e que adote medidas de contratação e reforço do quadro de pessoal, para que seja possível um serviço de qualidade neste Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT).

O Deputado Carlos Matias invocou as grandes dificuldades com que a população do Médio Tejo se depara no acesso aos cuidados de saúde, que resultaram das reorganizações sucessivas. Em 2012 a urgência médico-cirúrgica passou para Abrantes, esvaziando, pela sua desqualificação organizativa e redução de equipas em permanência, as urgências de Torres Novas e Tomar. Esta situação teve como consequência a frequente rutura no serviço de urgência em Abrantes, havendo, em 2015 e já durante este ano, doentes que chegaram a permanecer vários dias em macas, nos corredores hospitalares. Entende que a instabilidade dos serviços de saúde na região do Médio Tejo é uma desconsideração para com os cidadãos e para com os profissionais de saúde, que não se fixam e estão numa situação precária. Recomenda assim o BE que, para *«estancar este processo de esvaziamento do CHMT»*, se dotem os hospitais que integram este Centro Hospitalar dos recursos necessários para o normal serviço de urgências, se assegure que têm serviços de medicina interna, cirurgia e pediatria e se alarguem as valências disponíveis, bem como se reequacione a referenciação para as urgências dos utentes dos concelhos de Ourém, Gavião e Ponte de Sor.

O Deputado Duarte Marques agradeceu a oportunidade de participar da discussão destes PJR, na Comissão de Saúde. Concorda que os três hospitais não prestam os cuidados de saúde que todos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

esperavam, mas, apesar da sua dispersão, não se pode aceitar que se diga que os doentes são maltratados no Médio Tejo, sublinhando até que têm salvado muitas vidas ao longo dos últimos anos. Reconheceu existirem coisas positivas nestas iniciativas, nomeadamente quando pretendem o reforço de meios e a melhoria dos cuidados de saúde, a coordenação entre os vários hospitais e mais meios profissionais.

O Deputado Hugo Costa agradeceu a oportunidade de estar na Comissão de Saúde. Lembrou que a questão em discussão tem a ver com um conjunto de más decisões políticas relativamente à construção de três hospitais que distam poucos quilómetros. Disse concordar com as preocupações manifestadas nos PJR, nomeadamente com a necessidade de melhoria dos serviços de urgência e da existência de medicina interna nos três hospitais. É preocupante a situação das populações que se encontram na periferia da área de influência do Médio Tejo, nomeadamente em Ourém, porque o utente tem que se deslocar ao Hospital de Abrantes, que fica a 80 Km, quando o Hospital de Leiria dista menos de 10 kms.

A Deputada Patrícia Fonseca agradeceu a oportunidade de se pronunciar sobre estes PJR, e sem querer repetir o que foi dito, disse que os problemas estão identificados, são referidos nos PJR e devem ser corrigidos. O problema da falta de recursos humanos é real e essa escassez poderá colocar em causa a qualidade dos serviços. Uma outra preocupação prende-se com o facto de se abrirem novas valências, que requerem mais recursos, mas a verba afeta a estas unidades diminuiu. Concorda que seja equacionada a possibilidade dos utentes de Ourém recorrerem ao Hospital de Leiria.

O Deputado António Flípe sugeriu que antes da fixação da redação final destes dois PJR se encontrasse um texto único.

5. Discussão e votação de dois textos de substituição referentes às alterações à Lei nº 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização das técnicas de procriação medicamente assistida

A discussão e votação de dois textos de substituição referentes às alterações à Lei nº 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização das técnicas de procriação medicamente assistida, consta do Relatório de discussão e votação, que se anexa.

6. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 211/XIII/1ª (PSD) - Pela manutenção da gestão dos Hospitais de Anadia, Serpa e Fafe pelas respetivas Misericórdias



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

Foi fixada, por acordo entre todos os Grupos Parlamentares presentes, a redação final do Projeto de Resolução n.º 211/XIII/1ª (PSD) - Pela manutenção da gestão dos Hospitais de Anadia, Serpa e Fafe pelas respetivas Misericórdias, sendo aceites as sugestões de redação feitas pela DAPLEN.

10:45 - Audição do Presidente do Conselho Diretivo do INEM, a requerimento do CDS-PP, que pretende explicações sobre «o transporte de doentes entre hospitais, numa perspetiva de esclarecer o Parlamento e a sociedade sobre esta matéria»

O Presidente agradeceu a presença do Presidente do Conselho Diretivo do INEM e restante equipa, dando conta da grelha de tempos a utilizar.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu a presença do Presidente do INEM e da sua equipa. Explicou a razão do requerimento, que pretende o esclarecimento de um conjunto de situações relativas à utilização dos meios ao dispor do INEM, designadamente o transporte de doentes inter-hospitalar, tendo perguntado se existem ambulâncias a fazer este transporte, tal como foi referido pelo Bastonário da OM, e se a situação ocorre há muito tempo. Gostaria de saber se o Despacho n.º 5058-D/2016 vai de encontro às aspirações dos profissionais e em que medida pode reforçar a paz interna do INEM, qual a operacionalidade das VMER's, quanto à acessibilidade e boa utilização dos serviços do INEM, e qual a média atual de falsos pedidos. Perguntou também quais os objetivos estratégicos do INEM para o biénio 2016/2017, recordando que na anterior audição do Instituto, ocorrida na Legislatura passada, foram abordadas questões relativas ao reforço de meios, nomeadamente para o Algarve, perguntando qual é a situação atual.

A Deputada Ângela Guerra saudou os responsáveis do INEM, que é uma instituição muito prezada por todos. Em face do requerimento do CDS-PP fez algumas considerações e colocou algumas questões. Determinam as regras que uma equipa de emergência deve ter no mínimo dois enfermeiros do SUB e um enfermeiro afeto à SIB, pelo que gostaria de saber se estas normas têm vindo a ser cumpridas e se a questão está acautelada na portaria e nos despachos recentemente publicados. Recordou que o INEM está obrigado a aumentar os meios disponíveis no Algarve, nomeadamente a disponibilidade de ambulâncias de emergência médica em Armação de Pera, Portimão e Altura, bem como de uma unidade móvel de apoio psicológico em crise integrada no CHA, a fim de se ter uma operacionalidade maior para os cidadãos do Algarve. A propósito do Despacho n.º 5058-D/2016, pretende saber quais são as situações menos graves que devem ser investigadas, até porque a OM veio dizer que o transporte inter-hospitalar se justifica em caso de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

doentes críticos, em caso de doentes com AVC ou enfarte e se o transporte em VMER é justificado, por se tratar de doentes com poucas horas disponíveis para iniciarem o tratamento.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou a equipa do INEM, dando-lhe as boas vindas na sua primeira audição na Comissão. Recordou as declarações do Bastonário da OM de que o transporte inter-hospitalar estava a ser feito nalguns casos pelo INEM, o que poderia ser considerada uma medida de risco, mas julga que o assunto já se encontra resolvido através do Despacho n.º 5058-D/20116, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde. Considera que não se pode prestar um bom serviço sem ter profissionais motivados, parecendo-lhe que as novas medidas aprovadas vão nesse sentido, designadamente a criação da carreira de técnicos de emergência pré hospitalar.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a equipa do INEM. Começou por realçar a importância do serviço prestado pelo INEM, cuja resposta necessita dos adequados meios humanos e materiais. O PCP pretende um cabal esclarecimento das situações referidas no requerimento, tendo colocado várias questões ao Presidente do INEM, nomeadamente, se confirmam a utilização do transporte inter-hospitalar com recurso ao INEM na área de Lisboa e Vale do Tejo, se o transporte regional do doente crítico vai resolver o problema, quais são as necessidades em termos de recursos humanos, quais são as dificuldades e desafios que as novas carreiras levantam e se a não renovação da frota automóvel pode levar à sua inoperacionalidade.

Luis Alberto Rodrigues Meira, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, veio acompanhado por José Manuel Mestre, Vogal do Conselho Diretivo, Francisco Marcão, Delegado Regional, Maria Teresa Schiappa, do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão e Ivone Dias Ferreira, do Gabinete de Marketing e Comunicação.

O Dr. Luis Alberto Rodrigues Meira, após cumprimentar todos os Deputados, fez uma apresentação em *power point*, dando nota de dados relativos ao desempenho do INEM. Disse que o mapa de vagas para 2014 era de 1592 e estavam preenchidas 1234 e em 2015 a previsão era de 1642 vagas, mas estavam preenchidas 1254. Em abril de 2016 a distribuição dos profissionais em termos de carreiras era a seguinte: 817 técnicos de emergência, 231 operadores, 123 médicos e enfermeiros e 142 outros profissionais. Esclareceu que das chamadas de emergência, apenas as relativas à saúde é que são da responsabilidade do INEM, através do CODU. Informou que atualmente existem 40 ambulâncias de suporte imediato de vida, 4 ambulâncias de suporte pediátrico e 44 viaturas médicas de emergência e reanimação com médico e enfermeiro. Em 2015, o CODU recebeu quase um milhão trezentas e três mil chamadas, o que dá uma média diária de quase três mil e seiscentas chamadas, com a duração média de 17 segundos cada, acreditando



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

que no presente ano esse tempo possa diminuir. Prestou informação sobre as VMER's e o transporte inter-hospitalar do doente crítico, que não deve ser exclusivo dos hospitais, até porque a maior parte dos doentes não estão nos grandes centros como Lisboa, Porto e Coimbra, mas sim na periferia. Considera que a nova carreira de técnicos de emergência é importante porque os profissionais irão ter uma perspetiva de carreira, a qual já estava em discussão desde 2006. No que se refere à frota, que já tem muitos anos, informou que estão a diligenciar proceder à aquisição de 20 VMER's e de mais três ambulâncias, devendo para isso recorrer aos saldos de gerência.

Na 2.ª ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos adicionais os Deputados Isabel Galriça Neto, Ângela Guerra, António Sales e Carla Cruz, a que o Dr. Luis Meira respondeu. Deixou um convite para a Comissão visitar o INEM e o CODU.

O Presidente agradeceu a presença da equipa do INEM e as informações prestadas.

A reunião foi encerrada às 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida no seguinte *link*:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160427_2.mp3

Palácio de São Bento, 27 abril 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 27/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
António Filipe
Carlos Matias
Duarte Marques
Francisco Rocha
Hugo Costa
Isabel Alves Moreira
Jorge Paulo Oliveira
Laura Monteiro Magalhães
Patrícia Fonseca
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

Ricardo Baptista Leite